

**CARREIRA JUDICIAL, MECANISMOS DE CONTROLE
DA ATIVIDADE JURISDICIONAL E SISTEMA
DISCIPLINAR AOS MAGISTRADOS**



ÍNDICE

Apresentação	7
Introdução	9
Os Conselhos da Magistratura em América Central e América do Sul	9
As mudanças institucionais e as práticas sociais. Diferentes sistemas de administração	10
1. Sistema de administração a cargo de órgãos jurisdicionais	13
CHILE	13
GUATEMALA	17
1. Introdução	17
2. A lei do Organismo Judicial	17
3. A lei da Carreira Judicial	22
4. Considerações Finais	25
HONDURAS	26
NICARAGUA	27
1. Considerações iniciais	27
2. Organização e Funções	27
3. A Carreira Judicial	28
4. Garantias Reconhecidas a Juizes e Magistrados na Carreira Judicial	29
5. Competências disciplinares	30
6. Políticas do Gênero	30
7. Conclusões finais	31
PANAMÁ	32
URUGUAI	34
VENEZUELA	36
2. Países em que os órgãos específicos para a organização e o controle da magistratura apresentam uma clara subordinação hierárquica à respeito de outras instâncias	38
COSTA RICA	38
1. Considerações preliminares	38
2. Aspectos estruturais definidos pelo texto constitucional	38
3. A lei orgânica do Poder Judiciário	40
3.1. As estendidas competências da Corte Suprema	40
3.2. O Conselho Superior do Poder Judiciário	41
3.3. Respeito das Auditorias	42
4. Formação e seleção	42
5. Financiamento	44
6. Disciplina e Regulamento	45
7. Considerações Finais	48
EL SALVADOR	51
1. Considerações Preliminares	51
2. As normas constitucionais referidas à organização de justiça	51
3. A lei do Conselho Nacional da Magistratura	52
3.1. Antecedentes e funções	52
3.2. Atribuições e estrutura	53
3.3. A Escola da Capacitação Judicial	55

3.4. Seleção dos Candidatos	56
3.5. As tarefas de Avaliação	57
3.6. Finanças	59
3.7. Conclusões	59
4.A Lei Orgânica Judicial	59
5.A Lei da Carreira Judicial	61
6. Considerações finais	64
PARAGUAI	65
1. Considerações iniciais	65
2.A estrutura e funções da administração de justiça Superintendência e disciplina	66
3.A Lei 296/94 de Organização do Conselho da Magistratura	67
3.1. Seleção	68
3.2. Orçamento e regulamento	69
4.A Escola Judicial e o Conselho da Magistratura	69
5. Comentário Final	77
REPÚBLICA DOMINICANA	78
3. Sistema de administração a cargo de órgãos especializados subordinados à jurisdição	81
ARGENTINA	81
1. Considerações preliminares	81
2. Estrutura e funções	81
3. Competências administrativas	84
3.1. O controle dos atos administrativos	85
4. O sistema de seleção e a Escola Judicial	86
4.1. Critérios a Avaliar	88
4.2. Os antecedentes	89
5.A questão disciplinar	90
5.1. Das sanções	90
5.2. O exercício da potestade disciplinar	91
6.A escola Judicial	91
7. Considerações finais	94
BOLÍVIA	95
1.Antecedentes gerais	95
2. Estructuras normativas. Distribuição de competências	95
3.A Lei Orgânica do Conselho da Magistratura Nº 1817	97
4. O Instituto da Magistratura	100
5. Comentários finais	106
6.Anexos	107
COLOMBIA	116
1.Antecedentes	116
2. Cooperação Internacional	117
3. Estructuras normativas. Distribuição de competências	118
4. Ordenamento Territorial	122
5.A administração judicial	122
6. Controle esterno sobre o Conselho	129
7. Recursos de natureza financeira	129
8.A Carreira Judicial	130

9. A questão disciplinar	134
10. Comentários finais	135
ECUADOR	138
1. Considerações finais	138
2. Estrutura e funções	139
2.1. Normas constitucionais	139
2.2. A Lei Orgânica do Conselho Nacional da Magistratura Lei N° 68 de 19 de Março de 1998	139
2.3. As competências Administrativas	140
2.4. O controle administrativo	142
2.5. As competências disciplinares	142
3. Financiamento	144
4. Formação e seleção	144
5. Considerações finais	147
MÉXICO	149
1. Considerações preliminares	149
2. Estrutura orgânica do Poder Judiciário	149
3. As competências administrativas	152
3.1. Controle de atos administrativo	154
4. Seleção e formação	155
4.1. Do Instituto da Magistratura	156
4.2. Da carreira Judicial	156
4.3. Do ingresso à Carreira Judicial	157
5. A questão disciplinar. O sistema de responsabilidade	159
5.1. Os Organismos Auxiliares	162
5.1.1. Visitadora Judicial	162
5.1.2. A Controladoria Judicial	163
5.2. A responsabilidade	163
6. Considerações finais	165
PERÚ	167
1. Comentários Iniciais	167
2. Estrutura e funções	167
3. Competências administrativas	169
3.1. Controles Administrativos	172
4. Formação e seleção	173
5. As competências disciplinares	176
6. Considerações finais	180
4. Estudo Comparado	181